

PESQUISA POR DEMANDA E INTELLECTUAIS INSURGENTES: outras aprendizagens no campo da educação e das ciências sociais

Claudia Miranda¹

Fabiola Camilo²

Luciano da Silva Pereira³

Resumo

Ao longo do período da crise sanitária global de COVID-19 (2020-2021), os movimentos sociais apresentaram um protagonismo expressivo, pelo engajamento no debate sobre as saídas possíveis e empreenderam esforços na

¹ Pós-doutora em Psicossociologia pelo Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/UFRJ) e Pesquisadora CNPq. É Professora Associada do Departamento de Didática e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Professora da Especialização e Curso Internacional Estudos Afrolatinoamericanos y Caribeos ?Pensar América Latina y el Caribe es pensar la raza? do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). É membro do Grupo de Trabalho CLACSO Afrodescendência e propostas contra-hegemônicas, professora da Escuela Internacional CLACSO Más allá del decenio afrodescendiente. Coordena os projetos de pesquisa Intercâmbio Colômbia - Brasil: experimentos afrolatinos e diálogos interculturais na produção do conhecimento refletida nas políticas curriculares e, Como a Educação Intercultural impacta as políticas e as práticas curriculares no Brasil e na Colômbia: um estudo comparado sobre a participação dos movimentos pedagógicos e as perspectivas de gestores/as e etnoeducadores/as. . ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6105-6356>. E-mail: mirandaunirio@gmail.com.

² Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ (2011). Especialista em Pedagogia da Cooperação e Metodologias Colaborativas da UNIP-SP (2017). Especialista em Sociologia Urbana pela UERJ (2010). Graduada e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005/2006). Trabalha no Instituto Unibanco como Gestora de Aprendizagem na função de formadora do curso Gestão Escolar para Resultados de Aprendizagem e apoio técnico na implementação do projeto Jovem de Futuro em parceria com seis Secretarias de Educação do Brasil. Recentemente foi consultora da ONU-Habitat no programa UPP Social desenvolvido pelo Instituto Pereira Passos/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. ORCID: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0009-0006-3929-7093>. E-mail: fabiasociologia@gmail.com.

³ Professor Adjunto na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Universitário do Araguaia, em Barra do Garças - MT. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso UFMT/Cuiabá/MT. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Graduado em Pedagogia pela Faculdade de Educação de Alta Floresta MT/UNIFLOR. Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Graduado em Farmácia pela Faculdade de Colíder - FACIDER, em 2012. Tem experiência docente em ensino superior e escola básica do MT, assim como no ensino superior privado. Líder do Grupo de Pesquisa, Formação de Professores, Diversidade e História em Contextos Socioculturais e Educacionais - GEPDSE/UFMT - Campus Araguaia. Vice-líder e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de Professores/as, Currículo (s), Interculturalidade e Pedagogias Decoloniais - GFPPD/UNIRIO. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7666-2842>. E-mail: luciano.educmt@gmail.com.

busca de apoio e acompanhamento da situação enfrentada nos territórios mais vulneráveis do país. Nesse artigo, a análise é sobre as formas de posicionamento ético, político e epistemológico, explicitadas por vertentes, que se tornaram referência na América Latina e Caribe. Observa-se a posição do Brasil e as formas de engajamento de grupos oriundos das lutas travadas nas bases da sociedade que se deslocam para as Instituições de Ensino Superior (IES). Interessa compreender os reflexos de uma produção significativa e que alavanca mudanças nas assimetrias de poder próprias do acontecimento universitário. Consideramos reveladores os temas que mobilizam estudos a partir da participação de estratos que apresentam vínculos com movimentos sociais e políticos. Em nossa análise, está em curso um *ethos* descolonizador no campo da produção científica que cresce na medida em que as classes populares se movimentam para os núcleos de pesquisas consolidados nas referidas IES.

Palavras-chave: Pesquisa por demanda; Intelectuais orgânicos; Escolonização; Insurgência epistemológica.

INVESTIGACIÓN POR DEMANDA E INTELLECTUALES INSURGENTES: otros aprendizajes en el campo de la educación y de las ciencias sociales

Resumen

Durante el período de la crisis sanitaria mundial del COVID-19 (2020-2021), los movimientos sociales jugaron un papel importante, a través de la participación en el debate sobre las posibles soluciones y realizaron esfuerzos para buscar apoyo y monitorear la situación que se vive en los territorios más vulnerables. vulnerables en el país. En este artículo, el análisis versa sobre las formas de posicionamiento ético, político y epistemológico, explicadas por vertientes, que se han convertido en referencia en América Latina y el Caribe. Se observa la posición de Brasil y las formas de compromiso de los grupos surgidos de las luchas libradas en las bases de la sociedad que se trasladan a las Instituciones de Educación Superior (IES). Es interesante comprender los reflejos de una producción significativa que apalanca cambios en las asimetrías de poder propias del evento universitario. Consideramos reveladores los temas que movilizan estudios a partir de la participación de estratos que tienen vínculos con movimientos sociales y políticos. En nuestro análisis, existe un *ethos* descolonizador en curso en el campo de la producción científica que crece a medida que las clases populares se desplazan hacia los centros de investigación consolidados en las mencionadas IES.

Palabras clave: Investigación por demanda; Intelectuales orgânicos; Descolonización; Insurgencia epistemológica.

RESEARCH ON DEMAND AND INSURGENT INTELLECTUALS: other learnings in the field of education and social sciences

Abstract

Throughout the period of the global health crisis of COVID-19 (2020-2021), social movements played a significant role, through engagement in the debate on possible solutions and made efforts to seek support and monitor the situation faced in the most vulnerable territories. vulnerable in the country. In this article, the analysis is about the forms of ethical, pol

itical and epistemological positioning, explained by strands, which have become a reference in Latin America and the Caribbean. It is observed the position of Brazil and the forms of engagement of groups arising from the struggles fought at the bases of society that move to Higher Education Institutions (HEIs). It is interesting to understand the reflections of a significant production that leverages changes in the power asymmetries typical of the university event. We consider the topics that mobilize studies from the participation of strata that have links with social and political movements to be revealing. In our analysis, there is an ongoing decolonizing ethos in the field of scientific production that grows as the popular classes move towards the consolidated research centers in the aforementioned HEIs.

Keywords: On-demand search; Organic intellectuals; Decolonization; Epistemological insurgency.

Introdução

Após o enfrentamento da crise sanitária global (2020-2021) de Covid-19, a temática da pobreza ressurge como o principal foco de preocupação, com destaque para a América Latina e Caribe. Reconhecemos, como pano de fundo para nosso trabalho, a influência de teorias como a Pedagogia do Oprimido, a Teologia da Libertação e a Perspectiva da Colonialidade do Poder, nas formas de deslocamento que ativistas adotaram para maior penetração nas estruturas de produção de conhecimentos. Os estudos já elaborados (MIRANDA, 2020; POLI, 2018; SEGATO, 2013; SILVÉRIO; TRINIDAD, 2012; MIRANDA, 2006; QUEIROZ, 2003) sobre universidade e inclusão de pessoas oriundas das organizações comunitárias, do Brasil, sobre os movimentos culturais, que

emergiram/emergem, a cada década, nos territórios situados à margem da sociedade, nos ajudam a entender o que se pode assumir, a partir de uma abordagem descolonizadora, nas Ciências Sociais.

As notícias veiculadas nos meios de comunicação indicam o tamanho do problema a ser enfrentado, por exemplo, em territórios nos quais o Estado não intervém para impedir violações de direitos. As áreas ocupadas por famílias pauperizadas - como é o caso dos morros e favelas - devem ser compreendidas como territórios constituídos por comunidades que compartilham influências e referências culturais difusas e, ao mesmo tempo, híbridas.

Para nossa compreensão sobre os sentidos de ser coletividade, acompanhamos Ailton Krenak (2020, p.21) quando pergunta sobre “como estar além da violência que confirma todos os dias o equívoco da narrativa que diz que o mundo foi criado para nos servir e que nós estamos aqui para incidir sobre ele [...]? Como deixar de acreditar no mundo como uma plataforma extrativista?”. O autor sugere que façamos novos questionamentos também sobre as lutas enfrentadas, cotidianamente. A participação efetiva nas Instituições de Ensino Superior (IES) passa a ser analisada como uma estratégia para interromper culturas de violência e apagamento de cosmo percepções e filosofias de “grupos racializados”⁴. As pesquisas elaboradas a partir do enfoque interseccional (COLLINS; BILGE, 2021; CRENSHAW, 2012) nos ajudam a localizar aspectos diversos, relacionados com as múltiplas camadas de violências sofridas no cotidiano. Ao pensarmos com Aníbal Quijano (2002) sobre a “ideia de raça”, que animou a aventura colonial de alguns países da Europa, podemos compreender que as pessoas definidas como “racializadas”, são aquelas que compõem a diáspora africana e as sociedades indígenas. Sendo assim, passam a estar representadas como “fora do lugar” e como inferiores. Na chave do eurocentrismo, o lugar seria a Europa e tudo diferente das populações dessa região passa a ser representado como “o outro”.

⁴ Acompanhamos o quadro conceitual de Octavio Ianni (1996) e de Aníbal Quijano (2002) para a definição de “racialização”.

Na perspectiva aqui adotada, setores subalternizados foram vítimas desse fenômeno e, conseqüentemente, “negros” e “índios” são invenções da engrenagem colonial. Incluímos o quadro analítico de Octavio Ianni (1996, p.6), explorado em “A racialização do mundo” e, com ele, podemos ampliar a problemática que exige interferências diretas, dos que foram dominados violentamente:

No século XX tem ocorrido várias ondas de racialização do mundo. Tanto a primeira e a segunda grandes guerras mundiais, como a guerra fria, são épocas de intensa e generalizada racialização das relações entre coletividades, tribos, povos, nações ou nacionalidades. Na medida em que as guerras se mesclam e desdobram-se em revoluções nacionais ou revoluções sociais, tornam-se ainda mais acentuadas as desigualdades, divergências e tensões que alimentam os preconceitos, as intolerâncias, as xenofobias, os etnicismos ou os racismos. Ao lado dos preconceitos de classe, casta e gênero, emergem ou reaparecem os preconceitos raciais.

A partir de sua interpretação, o que se constata é que os preconceitos raciais passam a impactar as perspectivas coletivas daqueles segmentos colocados fora das instâncias decisivas, dos sistemas sociais. O interesse pela produção de pensadoras/es advindas/os das classes populares, no Brasil, se fortalece quando compreendemos os efeitos da subalternidade que, por sua vez, pode ser entendida como um tipo de sensação de dependência e de inferioridade, de longa duração. Aníbal Quijano (2002, p.2) explica que a “Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de raça”. Com essa apreensão, afirmamos que o compromisso com a pesquisa social reflete opções políticas indispensáveis para se romper com esse estado de coisas e com os efeitos da subalternização daqueles e daquelas, transformados/as em “negros” e “índios”. São essas algumas das questões que caem no colo de lideranças e intelectuais orgânicos e o desafio coletivo passa a ser contar outras histórias e rever o papel da produção de conhecimentos.

Nessa empreitada, é condição *sine qua non* priorizarmos um trabalho apoiado na cultura colaborativa, sendo a coautoria um desdobramento ético-

político. As diferentes intervenções que vimos realizando, como partícipes de movimentos sociais, incluem a ocupação de esferas como as das IES. Para pessoas racializadas, a pesquisa é uma “prática outra”, retomada a cada nova etapa, e que se relaciona com os modos de viver o pertencimento social. Com isso, interessa acompanhar as urgências do tempo presente que incidem nas opções das novas gerações de estudiosas/os. Com Paulo Freire (1921-1997), foi possível abrir caminhos para se compreender o lugar estratégico de teses sobre as urgências sociais e, a proposta de intervenção que adotou se baseou nas questões dos segmentos oprimidos. Ao seguirmos suas trilhas, nos inspiramos para realizar uma análise que possa levar em conta percursos de pesquisas contra hegemônicas e com maior significado para a emancipação social. Andrés Donoso Romo (2023, p. 117) afirma que Freire “no solo fue protagonista de la educación popular, siendo ampliamente reconocido como uno de sus principales exponentes”. A intervenção que nos impulsiona, no campo educacional, tem a ver com o reconhecimento das dinâmicas que favorecem a politização das pesquisas acadêmicas. Ao recuperarmos o lugar que a Pedagogia do Oprimido ocupa, na contemporaneidade, somos convocadas a desenvolver temários que se relacionem com um *ethos* descolonizador.

Pesquisa por demanda

A obrigatoriedade do confinamento, imposta pela pandemia, revelou-se insuportável e a vida de famílias inteiras foram atravessadas por perdas nunca imaginadas. A pesquisa por demanda orienta os temários que sujeitos/as dos movimentos sociais elegem, em suas práxis investigativas. Diante dos conflitos socioeconômicos e da inoperância da gestão pública, no caso do Brasil, o peso que as mulheres carregaram/carregam, deve ser investigado a partir de diferentes ângulos. A pesquisa “El impacto de la pandemia en la situación de las mujeres afrodescendientes en Brasil, Colombia y Cuba: un estudio en perspectiva interseccional” (SEPTIEN, *et al*, 2022) pode ser avaliada dentro da perspectiva da pesquisa por demanda. Em linhas mais gerais, o que se viu foram

lideranças atuando criativamente, em prol do bem comum e incidindo com saídas inesperadas para acompanhar o drama das famílias mais desassistidas. A nosso ver, os movimentos sociais passaram a apresentar um protagonismo expressivo, com uma dinâmica específica, sendo esse um saber que se aprende nas lutas.

Em “Agrupación Xangô; experiencias y aportes para una educación afrocentrada y antirracista en Argentina”, Carlos Humberto Álvarez Nazareno e Marcela Alicia Lorenzo Pérez (2022, p.346) afirmaram:

Pensar otros conocimientos y otras educaciones, en América Latina y Caribe, significa recuperar jornadas contrahegemónicas y promocionar otras rutas políticas y epistemológicas. Significa reafirmar el compromiso con una agenda de emancipación social de nuestros niños, adolescentes y jóvenes.

Na instituição situada na cidade de Buenos Aires, os autores desenvolvem projetos de educação e de formação política atingindo crianças, adolescentes e jovens. Ao mesmo tempo, sistematizam e investigam suas práxis sociopolítica: “Cuando asumimos perspectivas de trabajo investigativo, en contramano, pensamos en clave decolonial y para esa tarea, es fundamental comprender los instrumentos del colonizador” (NAZARENO; PÉREZ, 2022, p.347). A ocupação de espaços acadêmicos, na qualidade de pesquisadores de pós-graduação, bem como a sistematização e publicização do trabalho realizado, passou a ser uma tarefa prioritária. Seguimos alinhadas com a produção emergente, no contexto latino-americano, para pensarmos o papel de intelectuais orgânicas/os, oriundas/os de iniciativas de politização vivenciadas comunitariamente. Estão em destaque a Teologia da Libertação (TL), a Pedagogia do Oprimido e a Perspectiva da Colonialidade do Poder. Aprende-se com Rita Laura Segato (2013, p.35) que:

Estas teorías, por su capacidad de iluminar recodos que no pueden ser alcanzados sino por una mirada localizada - aunque lanzada sobre el mundo -, por su novedad y rendimiento en el viraje de la comprensión que instalan en sus respectivos campos han, además, realizado esa hazaña sin acatar las tecnologías del texto de la tradición anglosajona ni de la tradición francesa, que dominan el mercado mundial de ideas sobre la sociedad a partir de la segunda mitad del siglo XX, y sin sumisión a la política de citación dominante, a la lógica de la

productividad en términos editoriales, al *networking* que condiciona el acceso a los *journals* de más amplia circulación, o a la impostura de la neutralidad científica.

Orientadas por essas apreensões, consideramos a importância da revisão do papel dos deslocamentos realizados com as redes de apoio, em uma perspectiva descolonizadora. A Teologia da Libertação foi um encontro gerador de rupturas. Um grupo de teólogos e filósofos que passaram a pensar e atuar em colaboração, em todo o continente. É possível afirmar que a “filosofia da libertação” foi também um modelo de integração com Caribe, Cuba, Porto Rico e Haiti. No argumento de Salustiano Alvarez Gómez (2008, p.26) a TL tem três pressupostos fundamentais que são: uma interpretação da fé cristã através do sofrimento, da luta e da esperança dos pobres, uma crítica à sociedade e às ideologias que sustentam estruturas de divisão e o afastamento entre os seres humanos. Sabemos que a violência marcou a atuação de muitos desses teólogos que desapareceram durante as ditaduras do Cone Sul. No Brasil, o caso de Dom Hélder Câmara é revelador pela perseguição sofrida no período. Do mesmo modo, ocorreu com seguidores da Colômbia, Nicarágua e em outros contextos.

A presença de intelectuais como Paulo Freire superou fronteiras geográficas e foi decisiva para se difundir a Educação Popular e, pelas interações existentes nesse campo filosófico e pedagógico, nota-se resultados de impacto. Já se estabeleceu uma perspectiva de formação política que o autor defendeu e impulsionou, tomando como eixo a dialogicidade e o acolhimento das manifestações populares. Suas abordagens e teses influenciaram a organização de lideranças e produtores culturais, oriundos de comunidades de base. Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 2005) se constitui em um divisor de águas na linha do tempo da sua teorização. Entendemos que o crescente *ethos* descolonizador, que já interpenetra o campo da produção científica, vem desse *corpus* filosófico desenvolvido em redes dialógicas, onde os movimentos de base deram o tom.

Sob tais inspirações, foi possível que as novas gerações de educadoras/es populares e lideranças diversas fomentassem processos de reconhecimento de

demandas locais. Na atualidade, o Movimento Negro (MN) é um ator responsável por elaborações icônicas em termos de políticas de inclusão, a saber.

Intelectuais do Movimento Negro e deslocamentos estratégicos

Nas teses de Nilma Lino Gomes (2018), o MN do Brasil atua como um educador com capilaridade suficiente para marcar um tempo de avanços, em termos de implementação de políticas públicas. Não seria exagero apontar alguns traços que explicam as incongruências existentes acerca das formas de pertencimento das populações negras. Antropólogas como Alba Zaluar, Ruth Correa Leite Cardoso, Yvonne Maggie e Karina Kuschnir reforçaram a solicitação intitulada “Cidadãos Anti-Racistas Contra as Leis Raciais”⁵ (Folha de S. Paulo, 14/5/2008) contra cotas, que foi entregue para o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes. O manifesto contou com participações ilustres e que chamaram a atenção à época. Sobre o conteúdo do argumento, destaca-se, em particular, o seguinte trecho:

As leis de cotas raciais são veículos de uma engenharia política de fabricação ou recriação de raças. Se, individualmente, elas produzem injustiças singulares, socialmente têm o poder de gerar raças oficiais, por meio da divisão dos jovens estudantes em duas raças polares. Como, no Brasil, não sabemos quem exatamente é negro e quem é não-negro, comissões de certificação racial estabelecidas pelas universidades se encarregam de traçar uma fronteira. A linha divisória só se consolida pela validação oficial da autodeclaração dos candidatos, num processo sinistro em que comissões universitárias investigam e deliberam sobre a "raça verdadeira" dos jovens a partir de exames de imagens fotográficas ou de entrevistas identitárias. No fim das contas, isso equivale ao cancelamento do princípio da autodeclaração e sua substituição pela atribuição oficial de identidades raciais.

A Revista Época⁶ apresentou a manchete: “Manifesto: Cento e treze cidadãos antirracistas contra as leis raciais” e a data da entrega foi 21 de abril

⁵ Acesso em: http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/integra_manifesto_contra_cotas.htm

⁶ Acesso em: <https://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR83466-6014,00.html>

de 2008. Renata Aparecida Vaz que, à época, ocupava a Coordenação do Movimento Negro Socialista de São Paulo, aparece no documento publicado na Folha de São Paulo. Outras lideranças de movimentos antirracistas se colocaram na mesma posição e, obviamente, com o passar dos anos e com os resultados alcançados, reviram suas posições e hoje defendem a ampliação das políticas de ações afirmativas.

Vimos como a década de 2000 foi o período de inúmeras reviravoltas político-epistemológicas e indica para quem deseja entender o enfraquecimento da ideologia da democracia racial, como a agenda antirracista assumiu diferentes facetas em um mesmo país. Notadamente, a presença de pessoas racializadas (negras e indígenas), nos bancos universitários, é fruto desses tensionamentos que nos fizeram avançar no debate público sobre a ampliação do Estado e o lugar dos afrodescendentes na sociedade. A Educafro é, assim como o Instituto da Mulher Negra - Geledés, uma das instituições brasileiras mais expressivas que assumiram para si a luta pela igualdade racial.

O projeto “Educação para Afrodescendentes e Carentes”⁷ (EDUCAFRO) foi pensado no movimento eclesial negro e sua filosofia incluiu a organização de núcleos comunitários agregando lideranças implicadas em propostas de politização e emancipação coletiva nas periferias diversas, em diferentes localidades. Cloves Alexandre de Castro (2011, p.149) aponta que de 1993 até 1997, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) teve uma expansão vertiginosa na região da Grande Rio de Janeiro. No ano de 1999, a rede alcançou um total de 77 novos núcleos (Rio de Janeiro, Niterói, Queimados, Petrópolis, Belford Roxo, Nilópolis, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João do Meriti, Magé e Mesquita).

Os chamados “cursinhos” adotaram um currículo onde o módulo “Cidadania” deu o tom, reforçando a filosofia educacional da instituição. A EDUCAFRO se fez/faz presente em diferentes ambientes incluindo a grande mídia. Sua capilaridade foi/é incontestável justamente pela pauta que

⁷ Conforme Cloves Alexandre de Castro (2011), a EDUCAFRO foi criada em 1997.

dinamizou/dinamiza. É importante ressaltar que um traço de sua performatividade coletiva é a formação de novos quadros que, ao longo da sua consolidação, entenderam a centralidade de sua agenda socioeducacional. Voltar e fortalecer o movimento é uma das demandas mais expressivas. Esse é o caso de Renato Ferreira, um egresso, que se tornou advogado e professor universitário. Conforme consta em sua tese de doutorado:

A temática do Direito e Relações Raciais foi ressignificada no Brasil a partir da Constituição de 1988. Este processo social vigoroso, capitaneado pelos Movimentos Sociais Negros, ainda está em curso e aparenta, ao menos institucionalmente, ter alcançado sua estabilidade, na medida em que os três Poderes tomaram decisões político-jurídicas a seu favor. O Poder Legislativo criminaliza o racismo (Lei nº 7.716/89) e a injúria racial (art. 140 § 3º, do Código Penal) e aprovou a obrigatoriedade do Ensino da História da África e indígena nas escolas (art. 26-A, Lei nº 9.394/96), o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), as cotas nas universidades (Lei nº 12.711/2012) e nos concursos públicos (Lei nº 12.990/2014). O Poder Executivo criou a Política de Promoção da Igualdade Racial em diversas áreas sociais e isto se reproduziu por centenas de entes federados. O Poder Judiciário conferiu estabilidade jurídica institucional ao referido processo, na medida em que o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do sistema de cotas e das políticas públicas para as comunidades quilombolas (FERREIRA, 2023, p.7).

Ferreira acrescenta que o racismo se desenvolveu como “uma espécie de pilar ideológico na formação e estruturação da sociedade brasileira. A discriminação racial mediou por centenas de anos e diversas gerações as relações estabelecidas em nossa sociedade” (2023, p.12). Conforme Cloves Alexandre de Castro (2011, p.183):

O Movimento dos Sem Universidade se fez importante interlocutor nos espaços de decisões acerca das políticas de acesso ao ensino superior no Brasil. Participou de comissões na Secretaria Nacional de Ensino Superior do Ministério da Educação e também no Ministério da Justiça, junto com outras representações, como a EDUCAFRO e o PVPNC, ao mesmo tempo em que organizavam manifestações em defesa das pautas do movimento, demonstrando grande capacidade de produzir e articular espaços em várias escalas de ação.

O pesquisador desenvolve uma tese sobre a luta popular pelo acesso ao ensino superior. Sua análise incluiu a seguinte argumentação:

A disputa pelo espaço da universidade pública por meio do acesso ao ensino superior e das pautas que essa instituição prioriza em sua agenda acompanha a história das lutas por educação no país. Entretanto, as origens sociais dos sujeitos dessas lutas diferenciam-se a partir dos momentos em que o acesso à educação entra na agenda das classes populares (CASTRO, 2011, p.120).

Notadamente, as lutas das classes populares estão marcadas por tecnologias de re-existência e por reinvenção das suas itinerâncias.

Entendemos que o Movimento Negro se desdobrou e segue se desdobrando para ocupar novas posições políticas incluindo as IES. Trata-se de um movimento crescente que empreende esforços para garantir políticas de acesso ao ensino superior público, e esse desenho reflete o posicionamento de intelectuais que se inclinaram para incidir na formação das populações afro-brasileiras. Segato (2013, p. 32-33) analisa alguns aspectos chaves da saga vivida no Brasil pela democratização do ensino superior:

[...] la democratización racial de la universidad toca en el núcleo mismo de la reproducción de las élites. La universidad es el corredor por el que es necesario atravesar para acceder a los puestos en los que se decide el destino de los recursos de la nación. Por esto mismo, la universidad es el semillero de la élite administradora de lo público y de lo privado. Al amenazar la universidad con democratizarla en términos raciales estamos amenazando el corazón mismo de la colonialidad, como patrón que garantiza la reproducción del orden eurocéntrico y su mirada racista sobre cuerpos y saberes. Los argumentos inclusivos ganaron, y el relato da cuenta de cómo sucedió.

A presença afrodescendente e indígena, nos bancos universitários, tem representado a reacomodação do padrão que, conforme Segato, garante a reprodução da ordem eurocêntrica e o seu olhar racista sobre corpos e saberes.

A pesquisa de Claudia Miranda (2006) se ancora nas narrativas de pesquisadoras/es sobre suas táticas de sobrevivência intelectual e sobre suas representações acerca da luta retórica, a partir da imersão no mundo acadêmico. Miranda conceitua essa experiência como sendo subalterna. No caso do grupo entrevistado, todas as pessoas partícipes são oriundas das classes populares e realizaram suas carreiras universitárias ao mesmo tempo em que trabalhavam. No trabalho, observa-se que as pessoas envolvidas estiveram/estão, disputando sentidos de pertencimento. São consideradas

como insurgentes e promotoras de uma virada epistemológica que marca o final do século XX e começo do século XXI. Ocuparam espaços antes exclusivos para as classes mais favorecidas e amargaram as formas de exclusão explicitadas em discursos de ódio.

O debate na esfera pública se delineou a partir da “negação do racismo”. No ano em que a referida tese é defendida, Ali Kamel⁸ (2006) lança o livro “Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor” e nele argumenta que “a nação que sempre se orgulhou de sua miscigenação não merece isto”. (KAMEL, 2006, p. 40). Em resenha sobre o trabalho, Aristóteles de Paula Berino (2007, p.1) assinala que para o autor “a miscigenação, como um patrimônio estimável, é uma constante da sociedade brasileira e a proposta de reservas de vagas a partir de critérios raciais não é coerente com essa nossa história e impõe o risco de vermos o país dividido entre brancos e negros”.

O período mais denso de debates e de luta, por garantia da implementação de políticas de ações afirmativas (as duas primeiras décadas do século XXI), esteve marcado por ganhos efetivos para as classes em desvantagem material e política. No dia 04 de fevereiro de 2023, (G1/Jornal o Globo) a manchete “*Filhos de garis, pedreiros e faxineiras: 1ª turma com cotistas negros se forma na Faculdade de Direito da USP*” revelou esforços coletivos para impulsionar uma política por justiça racial. Importa revelarmos o panorama de uma “experiência subalterna” tendo como pano de fundo a trajetória de formação de intelectuais negras/os e das suas estratégias para negociar sua circulação, presença e acomodação. Consideramos que os estudos sobre as desigualdades étnico-raciais são desdobramentos de uma agência coletiva, com destaque para os núcleos do MN e, no percurso, a educação esteve/está explicitada como prioridade.

Vimos como urgente a abordagem de estudos que subsidiem uma sociologia sobre as diferentes possibilidades de reinserção do protagonismo dessas coletividades que disputam espaços de poder. É conveniente que as

⁸ Sociólogo e diretor de jornalismo da Rede Globo de Televisão.

Ciências Sociais considerem o percurso do MN, além de acompanhar as investigações que caminham às margens carecendo de maior acolhimento. Faz diferença se assumimos a tarefa de subsidiar a revisão das políticas editoriais brasileiras visando reparação do soterramento dos temários pela coletividade de intelectuais insurgentes.

O campo dos Feminismos Negros como *locus* de aprendizagens

O Instituto da Mulher Negra, Geledés, foi criado em 30 de abril de 1988, na cidade de São Paulo e uma das idealizadoras dessa proposta é Sueli Carneiro, intelectual-ativista, autora da tese de doutorado “A construção do outro como não ser”, defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo (2005). Uma pergunta inicial para dialogarmos sobre a produção insurgente é saber como as negras garantem novos deslocamentos sociopolíticos assim como saber qual é o lugar de importância do Geledés na atualidade. Como o instituto se tornou uma referência de pesquisa e de produção de conhecimento, acolhendo diferentes estudiosas/os, em formação inicial bem como as/os pensadoras/es já consolidadas/os? Sônia Beatriz dos Santos (2009, p. 276) estudou a insurgência das organizações de mulheres negras e concluiu que:

Uma análise acurada sobre a história contemporânea do movimento de mulheres negras brasileiras nos permite identificar a complexidade desses objetos de lutas, originados a partir de questões sociais, políticas e econômicas. São também esses objetos de lutas os motivos que levariam na década de 1970 uma grande parte das mulheres negras a emancipar-se dos movimentos feminista e negro, fundando o feminismo negro no país.

O caso do Brasil tem sido estudado largamente pela atuação histórica das feministas negras que se impuseram como partícipes na Conferência das Nações Unidas - ONU (Durban, 2001). A organização declarou que 2001 seria o “Ano Internacional de Mobilização contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata”. Pode-se avaliar que a participação expressiva das afro brasileiras foi estratégica - juntamente com intelectuais afrolatinas - para

que se desencadeasse um conjunto de ações e acordos decisivos, que promoveram a elaboração de projetos efetivos como, por exemplo, a política de ações afirmativas na educação.

A mobilização interna, no território nacional, ganha importância tendo em vista que o Brasil é caracterizado pela pluralidade de expressões também políticas. Nubia Regina Moreira (2006) afirma que o Conselho Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro deve ser avaliado como uma das primeiras instituições de mulheres negras. Em um longo percurso de denúncia, de organização nas bases com as associações de mulheres negras, vimos eclodir uma organização que passou a influenciar toda a região da América Latina e Caribe. Mulheres que se deslocaram realizando formação superior, se converteram em importantes representantes políticas e/ou pesquisadoras em IES. Na Colômbia, vimos Francia Helena Márquez Mina concluir a carreira de advogada, depois de sua importante atuação como ambientalista e, em seguida, ganhar uma eleição presidencial. É expressiva a atuação de pensadoras que saem das margens e que passam a assumir uma demanda coletiva, priorizando a vida das coletividades invisibilizadas.

Por tudo isso, o feminismo negro é um dos campos de grande expressão nessa agenda de localização das demandas de pesquisa. Como espaço de politização, cruza fronteiras territoriais e agrega pensadoras que se deslocam para o debate público. Com essa percepção, entende-se a proposta defendida por Claudia Miranda e Rosa Campoalegre Septien (2022). Para as autoras, as mulheres nas suas pluridiversidades dão pistas para o debate sobre outras educações e outras itinerâncias mais ao Sul. Estão envolvidas nas frentes de batalha, ainda que sob ameaças da violência de gênero na política. Atuantes a contrapelo, indicam percursos a serem retomados quando se trata de direitos básicos. Miranda e Septien exploram a ideia de educação política ancorada em uma dinâmica político-filosófica desde dentro, que exige das intelectuais negras outras linhas epistemológicas para suas práxis. Pode-se entender que essa visão se manifesta nas formas de direcionamento de ações coletivas com o argumento de que existe uma fissura bem delineada e, por ela, lideranças têm produzido suas alternativas.

A Rede Carioca de Etnoeducadoras Negras⁹ é um fórum de professoras negras criado em 2015, como um compromisso firmado com a *Red de Maestros y Maestras Hilos de Ananse* (Bogotá/Colômbia). Ao adotar uma abordagem que privilegia a cooperação internacional, a ênfase desse fórum permanente recai na experiência e na reivindicação de um ideário onde Educação é concebida dialogicamente. Assume três compromissos: a) apresentar achados de pesquisa ancorados em perguntas outras sobre currículo e justiça epistêmica; b) pensar como a ideia de intervalação curricular pode contribuir com a reflexão de princípios de uma escola justa que se contrapõe ao racismo epistêmico e c) situar composições curriculares contra hegemônicas tendo como escopo as outras intencionalidades que emergem das três edições.

Colômbia e Brasil têm protagonizado um tipo de novidade que é trabalhar em redes colaborativas. Intelectuais antirracistas que se formam e que assumem cargos docentes nos sistemas de ensino, que trabalham colaborativamente e desenvolvem estudos sobre a sua experiência. Além de ser partícipe da Pastoral Negra, que inaugura a proposta dos “cursinhos comunitários” nas periferias do Rio de Janeiro, a pesquisadora Célia Regina Cristo de Oliveira se doutorou com a tese “Marimbas curriculares em periferias urbanas: sentir/pensar com professoras negras no município de Duque de Caxias/RJ” (2022). No estudo, ganhou importância processos inventivos a partir de propostas desenvolvidas nas escolas. Dentre as questões investigadas, importava saber o que significa ser negra e antirracista e o que promovem essas profissionais, como atuam frente ao problema do racismo sistêmico e como vislumbram alternativas para interrogar processos subalternizantes no cotidiano escolar.

Passa a ser estratégica a concepção de memória política, aquela construída em sintonia com um passado de resistência e reinvenção das relações comunitárias, de forma orgânica. A nosso ver, os movimentos comunitários se constituem dessas linhas intracomunitárias, às vezes invisíveis para quem não acompanha esse fluxo. Pode-se avaliar que a movimentação e a dinâmica

⁹ <https://etnoeducadoras.org/>

organizacional, nesses espaços pouco considerados pelo poder público, se dá pela tomada de consciência do problema e suas demandas inúmeras. Em linhas mais gerais, a luta comunitária não pode ser analisada sem o enfoque interseccional.

Aprende-se que as saídas encontradas nas bases, por mulheres empobrecidas, se mostram decisivas e se convertem em tecnologias de resistência. Por outro lado, podemos pensar os desafios e demandas apontadas por Karina Batthyány:

O trabalho doméstico e o cuidado implicam um valor para a economia e a sociedade que recentemente começa a ser calculado em alguns países. Daí as greves cada vez mais frequentes e massivas de mulheres que convocam a não se realizar nenhuma tarefa, nem remunerada e nem não remunerada, para demonstrar a sua importância no funcionamento da sociedade (BATTHYÁNY, 2021, p.11).

O histórico de mobilização social, a organização política das mulheres por melhorias de condições de vida das suas respectivas comunidades, inclui ações voltadas para a tentativa de reconhecimento de demandas soterradas. Para Jurema Werneck “[...] compreendo e reafirmo a importância das demandas e questões que justificaram e justificam as articulações heterogêneas que nos constituem como agentes políticas, como mulheres negras” (2010, p.16). As proposições advindas das suas lutas são reavaliadas e influenciam seu deslocamento. Mulheres parlamentares como Benedita da Silva¹⁰, Marielle Franco¹¹ e Erika Hilton¹², dentre outras, fomentaram rupturas profundas e figuraram/figuram como pensadoras de referência para se retomar direitos perdidos, ao longo dos últimos anos.

¹⁰Primeira senadora negra (1995-1998), foi vice-governadora no Rio de Janeiro (1999-2002) e governadora, na mesma cidade (2002). Em 1987, foi deputada federal e isso inclui os seguintes períodos: 1987-1991, 1991-1995, 2011-2015, 2015-2019 e ainda 2019-2023.

¹¹ Socióloga e ativista vinculada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi assassinada em 2018. Elegeu-se vereadora no Rio de Janeiro para o período compreendido entre 2017 e 2020.

¹² Política brasileira atuante pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi a primeira vereadora transgênero, eleita por São Paulo.

Em defesa dos territórios e identidades das populações racializadas

Ao acompanharmos as teses sobre a colonialidade do poder, aprendemos que "raça" e "racismo" se colocam, como nenhum outro elemento das relações de poder do capitalismo moderno, nessa encruzilhada decisiva. Os povos originários e afrodescendentes sofrem com as mutações desse fenômeno, que se promove diariamente. É precisamente por isso que é necessário continuar em diálogo explícito com as bases de nossas respectivas sociedades. Em outras palavras: só poderemos trabalhar de forma colaborativa na contra hegemonia, nas comunidades que continuarem reexistindo.

Na Bolívia, o trabalho do *Taller de História Oral Andina* (THOA, Universidade de La Paz) agregou a comunidade Aymara em suas atividades de investigação e teve como uma das idealizadoras da proposta Silvia Rivera Cusicanqui. A tarefa do THOA foi/é a pesquisa utilizando a metodologia da História Oral. Alcançou a academia e as comunidades locais com uma mensagem descolonizadora. Para resgatar e fortalecer a identidade indígena em todas as áreas, um dos caminhos foi a reconstituição dos Ayllus que deram origem ao que hoje é o CONAMAQ (Conselho das Marcas Ayllus e Kollasuyo). A agenda de valorização das culturas historicamente excluídas na Bolívia passou a incidir nas pesquisas recentes produzidas em espaços onde ocorreu maior inclusão das populações racializadas. Pesquisadores como Catherine Walsh Santiago Arboleda, Jorge Enrique Garcia Rincón e Adolfo Albán Achinte, dentre outros, foram decisivos para o aumento de estudos sobre territórios marginalizados e populações em desvantagem material, em toda a região da América Latina e Caribe. Juventudes indígenas se recolocam nas suas respectivas sociedades e privilegiam a produção de conhecimentos em um mundo que exige múltiplos letramentos. Importa, em nossa apreensão, entender como o ativismo tem gerado outras itinerâncias epistemológicas e intervindo na confecção de outros contornos.

No ano de 2020, no Equador, com o objetivo de gerar uma agenda conjunta de princípios e valores nos quais as comunidades indígenas e negras de todo o continente concordem, uma coalizão denominada "Movimento de Libertação Negra e Indígena (BILM) foi criada. É importante afirmar que o BILM está orientado a apoiar o trabalho de comunidades, organizações de base e movimentos sociais que lutam pela diversidade, inclusão, equidade, não discriminação e justiça climática e com seu Programa de Estudos "Território em Re-existência Antirracista" quer promover a formação política e ampliar a adesão de nossa juventude no contexto da América Latina e Caribe. Sobre essa dinâmica, a linha do tempo do ativismo por justiça climática revela o *modus operandi* das coletividades indígenas que se constituíram. A Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE, 1997, p.12) explica a interculturalidade indígena:

O princípio da interculturalidade respeita a diversidade de povos e nacionalidades indígenas e demais setores sociais equatorianos. Mas, a seu turno, demanda unidade entre eles nos níveis econômico, social, cultural e político, com vistas a transformar as estruturas atuais [...].

A Construção da interculturalidade política, ideológica e epistêmica dos movimentos indígenas se dá ao longo de décadas de protagonismo e inserção, incluindo a formação de organizações que se tornam referência para quem deseja entender as mudanças nos discursos das Nações Unidas sobre justiça climática. Catherine Walsh (2019, p.11) aponta:

Na última década, a agência dos movimentos indígenas andinos (no Equador e na Bolívia) - mudando a noção e a prática do Estado-nação e construindo uma política diferente - vem alterando a hegemonia branca-mestiça e, ao mesmo tempo, vem posicionando os povos indígenas local, regional e transnacionalmente como atores sociais e políticos.

Na análise de Walsh, a interculturalidade, nos termos adotados pelos povos originários - sobretudo do Equador -, questiona a realidade sociopolítica do neocolonialismo refletida nos modelos de Estado. Reconhecemos entre todas essas propostas que existe um legado acerca da relação com a natureza e com o meio. E foram justamente as comunidades marginalizadas, espoliadas,

etnizadas - sejam indígenas ou negros, que construíram ancestralmente uma melhor relação com seu meio. Nos anos de 1970, tais comunidades foram reprimidas e assassinadas, e ainda hoje têm seus territórios roubados pelo extrativismo que se desenvolve em toda a região. Foram essas comunidades que construíram processos educacionais e de socialização respeitosos com a natureza, com a água, o ar, a selva e os outros seres. Essas comunidades entenderam que o ser humano não é superior à natureza. Não participaram de um antropocentrismo, a chave da razão eurocêntrica moderna. Essas comunidades entenderam ancestralmente que nossa própria vida depende da vida do meio ambiente.

Podemos observar resultados de toda a mobilização e articulação de comunidades indígenas que ocorreu no continente americano em geral. Ao mesmo tempo, os processos pelos quais as comunidades afrolatinas se uniram para fomentar os ditames da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Foram necessários cinco anos de articulação e mobilização até a concretização da proposta. Esse convênio é de extrema importância porque, de alguma forma, interfere nos efeitos do neoliberalismo. A partir dessa orientação, as comunidades citadas conseguiram garantir a legitimidade da consulta prévia antes que algum projeto fosse desenvolvido nos respectivos territórios. Essa conquista foi experimentada com a união de agrupamentos que privilegiaram a garantia de direitos. Destaca-se o direito à educação própria em cada país. O convênio se transformou em um obstáculo em todos os lugares porque passou a ser uma forma de defesa das expressões culturais.

Algumas conclusões

A atual demanda por politização das classes trabalhadoras, no Brasil, é um dos temas que exige maior inclinação pelo quadro que vimos enfrentando, sobretudo com a negação do racismo, do impacto do feminicídio e o aumento de uma cultura político-partidária violenta. Pensar sobre movimentos sociais e a produção oriunda de suas itinerâncias comunitárias exige que consideremos disjunções de um país em transição. Essa não é uma tarefa individual, mas sim

coletiva e o exercício, em coautoria, impulsionou nossas apreensões sobre os temários hoje em disputa no campo acadêmico. Com essa opção mais colaborativa, podemos avançar objetivando uma mudança de *status* nas propostas de estudo, em franca ebulição.

Nosso compromisso é também, com um enfoque interseccional, analisarmos as itinerâncias de pensadoras/es insurgentes, que incidem, inclusive na educação política, com suas formas de teorização e análise. São estes alguns aspectos a serem assumidos em parceria com a agenda de lideranças e intelectuais orgânicos, que se movimentam assumindo maior penetração nas IES. As ambiências de produção de conhecimento ganharam importância e passaram a ser avaliadas como arenas indispensáveis para as rupturas esperadas. Sob essa ótica, importa revermos como tais questões atravessam a elaboração de trabalhos que garantam maior capilaridade, alinhados com a vida real.

Mesmo em ambientes hostis, coletivos em deslocamento estão re-existindo em uma sociedade marcada pelas assimetrias de poder. Podemos afirmar que o ordenamento brasileiro se alinha com uma perspectiva que reforça relações excludentes. Nesse âmbito, as IES passam a ganhar destaque pelos rearranjos a serem promovidos, deslocando das margens para o centro abordagens que ficaram silenciadas por longos períodos. A meta, portanto, é superarmos um tipo de “museu conceitual” onde não estão presentes os aportes advindos das populações que travam batalhas diárias e que reinventam percursos historicamente proibidos. E é justamente nessas itinerâncias vivenciadas nas bases que localizamos o oxigênio para as pesquisas no campo das Ciências Sociais.

Nosso intuito foi iniciar uma análise sobre as formas de posicionamento ético, político e epistemológico explicitadas por pessoas intelectuais-ativistas e que se consolidam nas Instituições de Ensino Superior (IES). Interessou reforçar o papel dessa produção além de olhar para as mudanças nas assimetrias de poder. Consideramos reveladores os temários que mobilizam esses estudos. Por tudo isso, afirmamos que se trata de uma itinerância mais ao Sul, que se inspira em um *ethos* descolonizador no campo da produção científica.

Referências

BATTHYÁNY, Karina. *Políticas del cuidado*. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México DF: Casa Abierta al Tiempo, 2021.

BERINO, Aristóteles de Paula Berino. Resenha de Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 12 n. 36 p. 533-535. set./dez. 2007.

CASTRO, Cloves Alexandre de. [1] *Movimento socioespacial de cursinhos alternativos e populares: a luta pelo acesso à universidade no contexto do direito à cidade*. 322p. (Tese de Doutorado) Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2011.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONAIE. *Políticas para el Plan de Gobierno Nacional. El mandato de la CONAIE*. Quito: CONAIE, 2003.

CONAIE. *Proyecto Político*. Quito: CONAIE, 1997.

CONAIE. *Proyecto Político*. Quito: CONAIE, 1994. CONAIE-ICCI. Amawtay wasi. Casa de la sabiduría. Universidad intercultural de las nacionalidades y pueblos del Ecuador. Propuesta de camino sin camino. Quito: CONAIE-ICCI, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé Williaws. Interseccionalidad, políticas identitarias, y violencia contra las mujeres de color. In; PLATERO MÉNDEZ, LucasR. *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada temas contemporáneos*. Barcelona: Editorial Bellaterra, 2012.

FERREIRA, Renato. *O Direito afro-brasileiro: da Constituição aos nossos dias*. (Tese de doutorado). 255p. Programa de pós-graduação em sociologia e direito - Niterói, 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GÓMEZ, Salustiano Alvarez. A teologia da libertação na América Latina. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.10, n. 13, p. 23-46 1º sem. 2008.

IANNI, Octavio. A Racionalização do mundo. *Tempo Social*; São Paulo, USP. 8(1). 1-23 p. maio de 1996.

KAMEL, Ali. *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. 143p.

MIRANDA, Maria Aparecida. *Ações Afirmativas no Ensino Médio do IFRJ: um estudo de caso sobre a implementação e as narrativas dos estudantes negros* (tese de doutorado) 299 p. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2020.

MIRANDA, Claudia; SEPTIEN, R. Campoalege. Educación Política con Beneditas, Marielles y Mirtes frente a la pandemia racializada. *Repecul - Revista Ensaíos e Pesquisas em Educação e Cultura*, Rio de Janeiro. p. 1-19. v. 6, 2022.

MIRANDA, Claudia. *Narrativas subalternas e políticas de branquidade: o deslocamento de afrodescendentes como processo subversivo e as estratégias de negociação na academia* (Tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

KRENAK. Ailton. De Ailton Krenak para quem quer cantar e dançar para o céu. In COSTA, Suzane Lima; XUCURU-KARIRI, Rafael. *Cartas para o bem viver*. Salvador: Boto-cor-de-rosa livros arte e café/paraLeLo13S, 2020.

MOREIRA, Núbia Regina. Representação e identidade no feminismo negro brasileiro. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7. agosto de 2006, UFSC.

NAZARENO, Carlos Humberto Álvarez; PÉREZ, Marcela Alicia Lorenzo. Agrupación Xangô; experiencias y aportes para una educación afrocentrada y antirracista en Argentina. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2 - p. 345-363 maio-ago de 2022: "Dossiê Outras educações: saberes e conhecimentos das populações racializadas em contextos de re-existência"

OLIVEIRA, Célia Regina Cristo de. *Marimbas curriculares em periferias urbanas: sentir/pensar com professoras negras no município de Duque de Caxias/RJ* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2022.

POLI, Moema Di. Democratizando o acesso ao ensino superior: classificação brasileira de cor/raça no debate sobre a ação afirmativa. Ensaio. *Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 26, p. 595-618, 2018.

ROMO, Andrés Donoso. *La educación en las luchas revolucionarias: Iván Illich, Paulo Freire, Ernesto Guevara y el pensamiento latinoamericano*. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires CLACSO; Santiago: Quimantú, 2023.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Épuras do social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*. São Paulo: Global Editora, 2004.

SEGATO, Rita Laura. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Desigualdade no ensino superior: cor, status e desempenho. In: 27ª Reunião da ANPED, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO, 2005. p. 227-278.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*. Año 17, n. 37, 2002.

SANTOS, Sônia Beatriz. As ONGs de mulheres negras no Brasil. *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009.

SEPTIEN, Rosa Campolaegre; LOANGO, Anny Ocoró; MIRANDA, Claudia; ORTIZ, Luiz Martelo. El impacto de la pandemia en la situación de las mujeres afrodescendientes en Brasil, Colombia y Cuba: un estudio en perspectiva interseccional. In: BATTYÁNY, Karina VOMMARO, Pablo. (Org.). *Pensar la pandemia desde las ciencias sociales y las humanidades*. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, 2022, v. 1, p. 19-96.

SILVÉRIO, Valter, TRINIDAD, Cristina Teodoro. Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no brasil contemporâneo? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 891-914, jul.-set. 2012.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)*. v. 05, n. 1, Jan-jul., 2019.

WERNECK, Jurema. “Nossos passos vêm de longe”! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da ABPN*, vol. 1, n. 1.2010.

Recebido em: 02/06/2023

Aprovado em: 10/07/2023

Publicado em: 26/07/2023

